

Em que, afinal, consiste esta divergência?

EMPRESÁRIOS E GOVERNO ESTÃO A PONTO DE ENGALFINHAR-SE POR DIFERENÇAS DE OPINIÃO E NÃO DE OBJETIVOS

MARCO ANTONIO ROCHA

O que é que o presidente FHC quer para o Brasil?

Podemos ler em seu discurso para 300 empresários no lançamento do Conselho Empresarial Brasil 500 Anos: "Eu sei, e todos sabem, que os juros são altos, os encargos elevados, o sistema tributário perverso e a infra-estrutura inadequada." E ainda acrescentou que, se dependesse dele, os juros seriam de 1% (imagino que ao mês, o que daria 12% ao ano, não compostos, como está na Constituição).

E o que querem os empresários?

Juros mais baixos, menos encargos, sistema tributário mais simples, infra-estrutura eficiente.

Portanto, onde está a divergência? Não há divergência insuperável. Acredito que uma pesquisa com o povão aprovaria os mesmos desideratos.

Não há também divergência essencial entre a "nobreza", o "clero" moderno que é o empresário, e o Terceiro Estado.

Deduz-se que não há necessidade de nenhuma revolução francesa e ninguém precisará ir para a guilhotina.

No entanto, a Agência Reuters, no seu *Business Briefing*, dirigido a assinantes especiais, considera que existe uma conspiração em marcha, cujos "mais aguerridos participantes são lideranças empresariais paulistas", que desejam pelo menos a cabeça de Gustavo Franco (no sentido figurado, evidentemente) e, mais, têm um projeto protecionista em mente.

Na verdade, o que existe é uma diferença de opiniões sobre como alcançar aqueles obje-

tivos e em que prazo. Os empresários certamente gostariam de uma queda substancial e rápida nas taxas de juros, bem como um reajuste igualmente rápido e significativo no câmbio. A equipe econômica e alguns membros do governo, mesmo concordando com os objetivos, prefere o famoso tratamento gradualista, pois o cenário internacional ainda recomenda muita prudência.

Nesse meio tempo, muita gente pode ir à falência, por não agüentar o nível dos juros nem a competição externa, a famosa globalização. E quem tem medo da globalização? Muita gente no meio empresarial, é claro.

O problema dos juros e dos encargos é de fato obra do governo, em particular do atual governo, principalmente causado pela leniência de quatro anos em face do crescente déficit do setor público e da sua irmã gêmea, a dívida interna.

Já a ameaça ou suposta ameaça da globalização e da competição externa, nem tanto. Vamos lembrar às lideranças empresariais – Horácio Piva, da Fiesp, Fernando Bezerra, da CNI, passando por Antonio Ermírio de Moraes, Eugênio Staub e outros, que exercem lideranças por virtudes próprias – que a economia brasileira permaneceu durante décadas como virtual refém do empresariado nacional. E isso em termos de protecionismo tarifário, créditos favorecidos, impostos e encargos não recolhidos, incentivos fiscais, concorrências públicas com cartas marcadas, etc. Caso não tenha aproveitado a maré de vacas gordas para consolidar-se em-

presarialmente, incluindo a globalização numa época em que nem os tigres asiáticos existiam, o problema não é do governo, é de incompetência e comodismo.

A questão atual é que a cornucópia se esgotou e uma das causas de seu esgotamento foi pleiteada, exigida e até defendida pelo próprio empresariado: o fim da inflação. Isso mudou o Brasil num período em que o mundo também mudava. Quem não previu as consequências corretamente e não se preparou para elas..., paciência, como diria meu avô.

O presidente do Conselho Empresarial, Félix de Bulhões, mais moderado ao que parece, considera que não cabe ficar à espera apenas da ação do governo, mas que deste "se espera decisões rápidas para garantir desenvolvimento sustentado". Já Horácio Piva, mais inflamado, parte para a estratégia da pressão e exorta lideranças sindicais a participar de uma manifestação pública de protesto contra a política econômica. Poderia perfeitamente convidar o economista Paul Krugman para porta-bandeira ou mestre-sala do desfile da próxima semana, uma vez que este vem recomendando a queda imediata dos juros, o controle temporário da saída de capitais e até mesmo certo protecionismo comercial para que países como o Brasil saiam do sufoco inesperado, mas não imprevisível em que se encontram.

FHC está ciente das dificuldades empresariais: "É verdade – diz ele no discurso – que na transição para uma economia mais competitiva alguns produtores ficaram desamparados". Bem, "alguns" é um estreitamento eufemístico quase tão grave quanto a desastrada generalização de "vagabundos" para os aposentados. E is-

so mostra que o presidente está precisando pesar e medir melhor cada uma das suas palavras nos discursos públicos.

De qualquer forma, se o governo comunicasse melhor as causas de suas limitações, o público e o empresariado saberiam que a questão dos juros, que já era difícil de administrar quando o governo dispunha de total autonomia, agora está vinculada ao acordo com o FMI, conforme explicou muito bem o colega Celso Pinto, na sua coluna do *Folhão*. É certo que as taxas de juros são escorchantes no momento e não pode haver vida empresarial sustentável com esse nível de juros por muito tempo. Mas uma decisão unilateral e autônoma nesse terreno significaria romper o acordo, com as consequências que ninguém, no governo ou fora dele, tem condições de prever.

Ou seja, as pressões coordenadas por Piva, as admoestações de outros empresários, o trabalho de persuasão interna de membros do próprio governo, os conselhos de políticos amigos, nada disso muda os termos do acordo nem livra o governo, ou o Brasil, deste grilhão em que caímos, esperemos que por período tolerável. O Ministério do Desenvolvimento (ou da Produção), que o presidente insiste em criar, pode ser, na melhor das hipóteses, uma saudável interface entre governo e empresariado no médio prazo, ou, na pior, outra máquina burocrática, benfazeja para os amigos da corte e discriminatória para os adversários ou para quem não tenha acesso aos "canais competentes". Mas, não resolve, no curto prazo, nenhuma das dificuldades aqui mencionadas.

■ Marco Antonio Rocha é jornalista e sócio da XYZ Comunicação
e-mail: marocha@tecepe.com.br